

O LIVRO DOS HEREGES E A HISTÓRIA DO BRASIL QUE PODERIA TER SIDO

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho

“Pode-se violentar a história, sob a condição de lhe fazer filhos bonitos”: esta máxima, atribuída ao autor de alguns dos romances históricos mais conhecidos de todos os tempos, como *Os três mosqueteiros*, *O Conde de Monte Cristo* e *A Rainha Margot*, funciona como uma expressiva síntese da necessária subordinação dos fatos históricos à ficção, percebida e defendida por Alexandre Dumas, na construção de suas narrativas. Desenvolvendo uma literatura firmemente voltada para o entretenimento de seu público – entretenimento instrutivo, ele nos corrigiria – Dumas de fato soube adaptar aquilo que os historiógrafos de seu tempo diziam sobre os períodos em que situava seus romances históricos, de modo a melhor encaminhar seus enredos, e até mesmo para melhor defender suas idéias.¹ Em seu livro de memórias, porém, o mesmo Dumas relembra esta sua sentença, ao comentar a trama da peça *La Marechale D’Ancre*, de outro expoente do romance histórico francês, Alfred de Vigny:

Il y a longtemps que j’ai dit qu’en matière de théâtre surtout, il me paraissait permis de violer l’histoire, pourvu qu’on lui fit un enfant; mais faire tuer Henri IV par Concini, sans autres but pour Concini que de régner, après la mort du Béarnais, par la reine et sur la reine, c’est donner une bien petite raison à un si grand crime.²

Para Dumas, podemos concluir, a violência cometida por De Vigny contra a história não havia gerado uma bela criança. E a falha cometida pelo escritor da peça, neste caso, havia sido atribuir a um grande crime da História, não só um diferente autor, mas uma motivação medíocre. Desta forma, mesmo para tal defensor da autonomia da ficção no romance histórico, os excessos ou carências desta autonomia acabavam por ter de prestar contas não só por seu efeito literário, mas também por suas conseqüências na interpretação dos dados históricos ali trabalhados.

Duas observações podem ser feitas, a partir deste caso, que servem para enquadrar por dois diferentes ângulos a clássica problemática em torno do romance histórico. A primeira delas, inspirada na máxima do romancista francês, indica que não se trata de uma faceta contemporânea deste gênero a possibilidade de a narrativa literária contradizer as verdades históricas enunciadas pelo discurso historiográfico vigente. Sequer a origem do romance histórico está associada a tal fidelidade: segundo o próprio Georg Lukács, que consagrou os romances de Walter Scott como fundadores do gênero, a força da criação e da inovação scottiana, se esteve associada à preocupação em representar tipos histórico-sociais, e principalmente à capacidade de compor, através da atuação de seus personagens, uma narrativa do inexorável rumo da história, que se impõe por fim aos mesmos personagens, e interfere determinadamente em suas trajetórias pessoais, por outro lado, para tal efeito, não dependia esta força de uma total correspondência com os fatos verídicos do período enfocado³. E isso na primeira metade do século XIX, em que dominava a produção historiográfica um senso de cientificidade apegado à idéia de que os documentos históricos conduziam o historiador efetiva e diretamente aos dados do passado.

Por este princípio de discussão, supõe-se que uma análise de qualquer romance histórico, tal qual aqui se pretende fazer, não deve partir do confronto entre os acontecimentos narrados e a “verdade dos fatos”, ainda mais contemporaneamente, em que a história já não é moça pura, e tão ingênua, não cabendo que se tema, com tamanha aversão e asco, a sua violação. Seguindo o irônico conselho de Alexandre Dumas, a leitura atenta de um romance histórico deve antes perguntar pelos seus frutos, por sua composição enquanto obra literária, ficcional.

Porém, e esta é a segunda das observações há pouco anunciadas, a reflexão, nas memórias de Dumas, acerca dos limites de seu próprio conselho, induz também a que se perceba a especificidade do romance histórico justamente por sua utilização de elementos extraídos da história; e como filho, mesmo que forçado, de uma relação entre o escritor e seu conhecimento sobre o período histórico abordado, tal romance, mesmo enquanto obra literária, não pode deixar de ser analisado como produtor de um discurso sobre determinada fatia do passado, e, por esta via, de uma interpretação mais ou menos direta do presente, em que foi elaborado.

Alcmeno Bastos, em um livro de *Introdução ao romance histórico*, situa, com muita clareza, e grande senso didático, as questões deste gênero literário no âmbito mais geral das relações entre a história e a literatura, remontando

à epopéia homérica e à *Poética* de Aristóteles, e chegando às ponderações pós-modernas acerca do problema. Neste ponto, comentando a postura de Linda Hutcheon⁴ em afirmar a permeabilidade entre o discurso historiográfico e o literário, enfatizando que ambos só existem enquanto texto, Bastos tece uma consideração bem adequada aos nossos propósitos:

Se como *fato histórico* entendermos algo além de sua ocorrência e de seu completo deprecimento, algo que se deposita numa espécie de superfície temporal e jamais se extingue de todo, permanecendo tanto nos resíduos materiais – objetos, ruínas – quanto nos imateriais – o mais poderoso dos quais a memória transmitida –, então a história *existe* sim. E vale atentar para o tempo verbal, pois se trata de algo presente na vida cotidiana de todos os homens, não de algo irremediavelmente consumado – e não apenas como texto.⁵

Afora a necessária defesa da *existência* da história, e da reafirmação de suas marcas distintivas em relação ao texto literário, o comentário de Alcmeno Bastos persuade principalmente por enfatizar a realidade da história enquanto dado extra-literário, e presente no mundo mesmo durante a criação da obra, como também nos vários momentos de sua leitura. Com efeito, seguindo o curso de seu estudo introdutório, Bastos esforça-se por definir traços gerais e constantes, definidores, desta forma, de quaisquer romances históricos, antes e depois do chamado “novo romance histórico” da segunda metade do século XX, e suas conclusões consolidam-se em torno da existência incontornável de *marcas registradas*, tais como nomes, datas, acontecimentos, instituições, etc., referências que remetem especificamente para elementos de reconhecida procedência histórica. Aqui, obviamente, entra em pauta que a presença identificadora da *marca registrada* exige um repertório de informações disponível pelo leitor, e também que autores de ficções históricas têm sempre a possibilidade de criar maiores ou menores níveis de incerteza quanto à procedência histórica dos elementos de sua narrativa. Independente, porém, da forma como o fazem, as *marcas registradas* são sempre “detonadoras de um processo de reconstituição de um campo de referências, aqui denominado histórico, com uma eficácia que as demais marcas de que normalmente lança mão o ficcionista – as *não-registradas*, isto é, de procedência não verídica – são incapazes de alcançar”⁶.

Partindo de conclusões tão contundentes, podemos com ainda mais segurança asseverar que a análise de um romance histórico, se não deve perder-se em avaliar o grau da violência cometida contra a história, não pode

se furtar a averiguar a beleza da prole dela advinda, e, para tanto, um componente crucial deste gênero é inevitavelmente o discurso sobre a história ali engendrado. Exatamente por narrar eventos históricos, afinal, podemos afirmar, em concordância com Perry Anderson, que, dentro da “imensa multiplicidade do universo da prosa de ficção, fervilhante de tantos gêneros diferentes, o romance histórico foi, quase por definição, o mais consistentemente político”.⁷ Quanto maior é a aceitação e a circulação do romance na cultura, maior a capacidade de interferir, pela utilização das *marcas registradas* de um passado reconhecível, no pensamento vigente acerca da história, na maior parte das vezes da história da formação de um país, de sua população, de sua cultura.

No Brasil, desde a época da publicação de *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, mas mais decisivamente a partir do sucesso do romance *Boca do Inferno*, de Ana Miranda, nossa literatura retomou o gosto pela ficção histórica. Nas últimas duas décadas, uma grande variedade de romances históricos foi publicada, e se fez logo acompanhar de adaptações para a televisão e para o cinema; este movimento na literatura, desta forma, insere-se ainda em um quadro mais amplo de retomada do interesse pela temática histórica em vários outros produtos culturais. Alguns recentes estudos já podem ser encontrados sobre esta nova vaga de romances históricos, e há neles uma tendência à afirmação de que se verifica aí uma difusão do novo romance histórico latino-americano, seguindo suas principais linhas de ruptura com o modelo clássico, definido por Georg Lukács.⁸ Neste sentido, o que definiria este conjunto de novos romances históricos seria, basicamente, a contestação da possibilidade de se alcançar a verdade histórica através da palavra, a defesa da imprevisibilidade da história (e não de sua inexorabilidade), bem como uma série de recursos (paródicos, caricaturais e metaficcionalis), além de intencionais omissões, exageros e anacronismos, responsáveis por distorções conscientes da história; bem ao sabor, portanto, da relação observada por Linda Hutcheon entre o surgimento deste novo romance histórico e as consequências da virada pós-moderna para o estatuto do discurso historiográfico.

As reflexões de Perry Anderson sobre este tema, porém, assim como iniciam, do modo citado, com a afirmação do caráter político do romance histórico, pelo mesmo viés crítico localizam o novo romance histórico em um âmbito mais plural de experiências contemporâneas. Em seu texto, Anderson trata de responder aos argumentos de Fredric Jameson em relação às possibilidades atuais do desenvolvimento da ficção histórica, dentre os

quais se observa a defesa de um nexos restrito entre a retomada dos temas históricos na literatura e os abalos produzidos pelo pós-modernismo nas formas narrativas e procedimentos lingüísticos modernistas.⁹ Reafirmando muitas vezes a heterogeneidade constitutiva da ficção histórica, Perry Anderson traça uma trajetória do gênero conectada às transformações do cenário político e intelectual do século XIX, destacando a ligação entre a gênese do romance histórico e os diferentes matizes do nacionalismo pós-napoleônico. Chegando ao século XX, sua linha de raciocínio relaciona a rara produção de romances históricos do entre-guerras a “uma terrível ressaca em matéria de melodrama”¹⁰ instaurada após a Primeira Guerra. Assim, acrescenta à visão de Fredric Jameson, segundo a qual aquela ausência de romances históricos associava-se exclusivamente ao efeito crítico do primado modernista da percepção pura, uma reflexão sobre a conjuntura histórica que a engendrou.

Da mesma forma, mesmo concordando com Jameson quanto à ligação entre a retomada da ficção histórica nas últimas décadas e a virada pós-moderna, Perry Anderson não deixa de fazer um diagnóstico histórico e político desta nova fase: “O persistente pano de fundo da ficção histórica do período pós-moderno está nos antípodas de suas formas clássicas. Não a emergência da nação, mas as devastações do império; não o progresso como emancipação, mas a catástrofe iminente ou consumada”¹¹. A inversão de procedimentos estéticos que Jameson observa no novo romance histórico, explica-se, por Anderson, pelas transformações não só da relação entre literatura e referencialidade, mas também da relação entre literatura e nação, elemento sempre central na construção do discurso em tal gênero literário.

O panorama do romance histórico traçado pelo autor é de grande utilidade para nosso intento, pois articula um plano de compreensão das ficções históricas contemporâneas que extrapola o domínio das “metaficções historiográficas” tal qual concebeu Linda Hutcheon, enunciando uma reflexão que pode se estender a obras literárias cuja relação com a tendência pós-moderna seja menos direta, ou praticamente inexistente. Afinal, nos diria ainda Perry Anderson, “nenhum período estético é homogêneo. A predominância das formas pós-modernas nos últimos anos não deslocou, nem poderia, todas as outras”.¹² No cenário literário brasileiro, por mais que se queiram encontrar representantes da difusão do novo romance histórico latino-americano, é necessário que se perceba este processo de retomada dos temas históricos em uma perspectiva condizente com sua amplitude, pois o espectro de romances históricos publicados nas últimas décadas multiplica exemplos bastante deslocados deste movimento, se caracterizado assim de forma estrita.

Tal parece ser o caso de um dos escritores brasileiros atualmente mais dedicados à produção de romances históricos. Aydano Roriz, baiano de Juazeiro, empresário do ramo editorial, desde o final da década de 90 vem se dedicando à atividade de escritor, concluindo até o presente seis romances, exclusivamente com temas históricos. Com o objetivo declarado de divulgar, pela via do entretenimento, aspectos da história do Brasil, a um público maior do que aquele alcançado pelos historiadores, de forma similar a como Alexandre Dumas considerava o seu papel enquanto escritor, Aydano Roriz engendra, com o conjunto de sua obra literária, narrativas de momentos decisivos da formação histórica do país: em seu primeiro romance, *Os diamantes não são eternos* aborda o período entre a abolição da escravatura e a proclamação da república; em *O fundador*, narra o da instalação do governo-geral em Salvador, na metade do século XVI, e no recente *Nova Lusitânia*, a história da fundação da bem-sucedida capitania de Pernambuco; em *O desejado*, sobre a vida do rei português Dom Sebastião, o tema abordado seria o menos diretamente relacionado ao Brasil, não fosse a morte deste monarca, em 1580, a causa da chamada União Ibérica, que voltou contra os domínios portugueses os inimigos da coroa de Castela, e se a decorrente invasão dos holandeses à Bahia em 1624 não fosse tema dos seus outros dois romances, que serão aqui analisados.

Em *O livro dos hereges*, publicado em 2004, e *Van Dorth*, de 2006, Aydano Roriz dedica-se a romancear, respectivamente, a história da conquista de Salvador pelas forças da Companhia das Índias Ocidentais em 1624, e a da retomada da cidade pela armada luso-castelhana no ano seguinte. Embora a invasão à Bahia seja um episódio menos conhecido, é ao período da presença holandesa no Brasil que os romances remetem, e às questões frequentemente evocadas a seu respeito, que o tornam um tema bastante expressivo nos debates acerca da formação do Brasil: o que fizeram os holandeses no nordeste brasileiro durante o século XVII, o quanto foram determinantes em nossa história e, acima de tudo, o que aconteceria se eles jamais fossem expulsos daqui? O texto da contracapa de *O livro dos hereges* anuncia o objetivo do livro, e já dá mostras das respostas de Aydano Roriz a estas questões: “Aqui você vai assistir ao embate entre católicos e protestantes, às disputas entre a Igreja e o Estado, ao choque cultural entre os laboriosos e liberais holandeses e os tranqüilos e conservadores moradores da pachorrenta Cidade da Bahia”¹³; tratar da invasão holandesa, portanto, deverá servir para alçar o leitor a embates cruciais da história moderna, de que o Brasil tornou-se palco privilegiado.

Os primeiros capítulos do romance trazem algumas explicações sobre a União Ibérica e sobre a criação da República das Províncias Unidas, ambientam o leitor, e lhe apresentam os principais cenários envolvidos na narrativa. Logo de início são ressaltadas a especificidade das condições de vida nos Países Baixos, que se mantinham secos abaixo do nível do mar graças a um sistema de diques, comportas, moinhos e canais: “Viver ali tinha sido uma luta incessante contra a natureza e toda ajuda era bem-vinda. Daí o povo batavo ter se tornado excepcionalmente tolerante, o que atraía para a região minorias perseguidas de toda parte”¹⁴. Este povo tolerante era o responsável por um foco constante de contestação do “imperialismo espanhol”, principalmente contra a criação de impostos que financiavam guerras e a imposição do catolicismo, “ao ferro e fogo da Inquisição”. Como resultado dos abusos da coroa espanhola, os “*hereses* queimados nas fogueiras do Santo Ofício ganhavam auras de mártires”, a “rixa entre católicos e protestantes ganhava corpo”, e as províncias ao norte do Reno, predominantemente protestantes, desafiaram o domínio espanhol criando uma república independente, dando início a uma longa “guerra de independência”¹⁵. Não poderia ser menos maniqueísta, e laudatória do caráter e dos feitos batavos, esta introdução explicativa do romance, oportunamente intitulada “Para entender a história”.

Logo a seguir, a narrativa do romance aproxima-se de dois comerciantes holandeses, pequenos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais, conversando sobre a compra de suas quotas, e eles explicitam seu interesse em sabotar o poderio dos espanhóis, “papistas sacripantas”. A última fala do diálogo é exaltada, e significativa: “Pois eu quero mais é que ardam no inferno. Todos eles! Tomar-lhes um pouco do que roubam das colônias será a melhor vingança”¹⁶. O narrador onisciente explica então, que se passavam já quarenta anos da guerra de independência, de modo que as notícias do conflito já não causavam grande comoção na população das Províncias Unidas; as pessoas seguiam suas vidas, plantando, pescando, vendendo, “trabalhando duro, enfim, que ganhar dinheiro era o que importava, até pelo fato de a Igreja Reformada Holandesa haver lhes ensinado que a riqueza era um dos sinais exteriores da graça de Deus”¹⁷. Esse espírito trabalhador dos holandeses protestantes, portanto, associa-se, desde o princípio do romance, à empreitada que os levará à conquista da Bahia, e esta é anunciada como parte de uma motivação maior, e justa, de abalar a hegemonia dos espanhóis, nefasta e imperialista.

Na seqüência desta primeira parte do livro, a decisão pelo ataque ao Brasil é tomada pelos dezenove conselheiros da Companhia das Índias, e

quando esta intenção chega aos ouvidos do Conde de Olivares, valido do rei castelhano Felipe IV, a soberba espanhola é confirmada. A única providência encomendada pelo Conde é o desvio de rota de um importante carregamento de prata, que ele temia fosse interceptado pelos holandeses: “O Brasil? Ora o Brasil!... De lá só podem roubar açúcar”¹⁸, comenta Olivares, que apenas manda avisar a Portugal da informação, bem como ao governador presente na Bahia, Diogo de Mendonça Furtado. “Pobre União Ibérica... Pobre Portugal”¹⁹, lamentava páginas antes o Conde de Ficalho, presidente do Conselho de Portugal, diante do descaso do governo espanhol com os assuntos portugueses. Em uma nota de pé de página, o autor do romance enfatiza a situação de inferioridade vivida por Portugal naqueles tempos: “Algum tempo depois da coroação de Felipe Segundo de Espanha como rei de Portugal, até os cartógrafos estrangeiros tiraram Portugal do mapa. Para todos os efeitos práticos, Portugal era tratado como província”²⁰. Em várias notas como esta, Aydano Roriz traz informações históricas que crê serem relevantes para a compreensão de elementos de sua narrativa; mas neste caso, com o mesmo tom de autoridade (nas notas o narrador situa-se com mais firmeza na contemporaneidade vivida pelo leitor) a informação passada é na verdade tema de longa controvérsia na historiografia, a respeito do estatuto político de Portugal sob o domínio da coroa castelhana.

É nessa atmosfera que o leitor é então levado a conhecer a Bahia seiscentista, e lá chega junto com a notícia do provável ataque holandês. Diogo de Mendonça Furtado recebe-a contrariado, e em pensamento compara as vantagens obtidas quando governou Málaca com a tarefa ingrata de fazê-lo no Brasil:

Já o Brasil... Pobre Brasil. Desde a anexação de Portugal pela Espanha, o Brasil pouco mais era que uma imensa fazenda abandonada, onde, aqui e acolá, criavam-se bois e cultivava-se cana para fazer açúcar. Sua capital, a cidade de Salvador, ainda que situada em local privilegiado pela beleza natural, ainda que já houvesse completado setenta anos, ainda que continuasse a ser a maior e mais importante povoação da colônia, contava com apenas mil e quatrocentas casas, um colégio jesuíta, duas igrejas e três conventos. Com os olhos voltados para o ouro do México e para a prata do Peru, o Brasil era tão pouco prestigiado pelos espanhóis que a própria residência do governador só se mantinha de pé graças a espeques que sustinham as paredes. Mas isso não era tudo. O que mais incomodava era que, mesmo naquele calcanhar-de-judas, havia disputa de poder. E disputa acirrada!²¹

Uma fazenda abandonada! Nada de melhor poderia acontecer a esta região, Aydano Roriz parece defender, do que ser conquistada pelo laborioso povo holandês. Um território abençoado pela natureza, mas apenas roubado, enquanto colônia da monarquia portuguesa, e agora desamparado pelo governo espanhol. E naquele fim de mundo, ainda se desenvolviam as mais mesquinhas disputas de poder, entre o próprio governador e o novo bispo, Dom Marcos Teixeira, disputas motivadas de princípio por pequenos gestos e palavras ofensivas, vividas rotineiramente na conformação da liturgia das missas solenes, e estimuladas pelos mexericos das bocas ociosas. Àquela altura, dois partidos já se formavam na cidade em torno das picuinhas entre o governador e o bispo: “Logo os beatos estavam a escarafunchar os Livros Sagrados, em busca de argumentos que comprovassem a supremacia da Igreja sobre o Estado. Do outro lado, os simpatizantes do governador invocavam antigas histórias que provavam exatamente o contrário”²². A querela entre a Igreja e o Estado, anunciada há pouco como uma das grandes questões do tempo a serem tocadas pelo romance histórico, revela-se em sua trama nada mais do que excrescências de uma disputa pessoal de poder, provocada e mantida por razões medíocres; na ótica do autor, aparece como mais uma marca do atraso que assolava a Bahia, e o Brasil.

Evidência do dano que a oposição entre o bispo e o governador causava a Salvador, tanto um como o outro recebem a notícia do futuro ataque holandês, e apenas calculam sua influência no desenrolar de sua contenda pessoal: “Na iminência de um ataque, vamos ver quem manda aqui!”²³, exulta Dom Diogo; “A iminência de uma guerra deixaria o povo inseguro. [...] era bem possível que se bandeassem todos para o lado do governador”²⁴, digere Dom Marcos.

Seguindo o impacto da notícia, e dos preparativos de defesa da cidade, Aydano Roriz prossegue sua descrição da Salvador seiscentista, e de seus habitantes. O governador manda um moleque de recados convocar seus auxiliares para uma reunião de emergência: “Atrapalhando amores clandestinos, despertando pessoas de cochilos fora de hora, interrompendo jogos de dados e carteados, o moleque cumpriu com o seu dever de mensageiro”²⁵. Estas eram as atividades a que se dedicavam as autoridades da Bahia: prevaricações, vícios, pecados capitais e veniais. Com a chegada das tropas recrutadas no Recôncavo, a cidade fica em polvorosa:

Havia um clima de sensualidade no ar. Uma espécie de senso de urgência. Amanhã, se a guerra estourasse, talvez fosse tarde. Esbarrões deliberados aqui,

cochichos, ao pé-de-ouvido ali, quando a noite ia alta e a lua se escondia por detrás das nuvens, negrinhas escapavam à socapa, jovens imprudentes esgueiravam-se pelas janelas, e amores ligeiros eram gozados nas hortas, pomares e até mesmo à sombra dos paredões dos conventos.²⁶

Assim é a Bahia que Roriz apresenta ao seu leitor, como o cenário principal da narrativa que se inicia, assim é a vida de seus habitantes. O leitor passa a reconhecer, cada vez mais, como *marcas registradas* presentes no romance, não só elementos de uma realidade pregressa, mas também os de uma interpretação da história do Brasil, bastante usual, e presente contemporaneamente: o Brasil de uma política perenemente organizada em função de interesses pessoais, de partícipes sempre imorais e corruptos, o Brasil da voluptuosidade e da luxúria, e do falso moralismo. O leitor, enfim, há de se sentir em casa. Note-se: tal visão, suficientemente corriqueira e disseminada, que aponta para a imoralidade e para a cupidez como os grandes motores da história brasileira, não busca desvendar as causas, passadas e presentes, de nossos males, mas apenas os estende para todos os tempos. Neste sentido, Aydano Roriz colhe os frutos de tal disseminação. Os leitores já estão familiarizados com o Brasil que se lhes apresenta; falta agora trazer aos trópicos aqueles empreendedores holandeses, talvez a encruzilhada entre o Brasil que é, e o que poderia ter sido.

Como preâmbulo da narrativa da invasão, serve a inconfidência de um jovem seminarista da Companhia de Jesus ao pai, a quem segreda a visão que tiveram dois jesuítas do coro da igreja, do próprio Jesus Cristo ameaçando a cidade com uma espada. O noviço em questão é Antonio Vieira, um dos personagens de maior destaque da história portuguesa e europeia do século XVII, que escreveu ele próprio, em uma famosa Carta Ânua, sua narrativa dos eventos dos anos de 1624 e 1625, enviada ao vigário geral da ordem após a expulsão dos holandeses da Bahia. Aydano Roriz, assim como grande parte da historiografia sobre o tema, valeu-se bastante de dados trazidos pelo texto de Vieira para compor sua descrição da entrada dos holandeses na cidade, da fuga de seus moradores, bem como do conflito posterior entre estes e os invasores, até a retomada da cidade pela armada ibérica. Neste sentido, será proveitoso ter em vista a versão do jesuíta do ocorrido.

Antonio Vieira, assim como Roriz, introduz em sua carta a narrativa da chegada dos holandeses com o mesmo fenômeno: “Alguns dias antes da chegada do inimigo, estando no coro em oração dois dos nossos padres, viu um deles a Cristo Senhor Nosso, com uma espada desembainhada, como quem

a ameaçava”²⁷. O fato de que o noviço teria espalhado a notícia contando-a a seu pai é obra da invenção do romancista. Vieira, com a imagem do Cristo e sua espada sobre a Bahia – somada a outra visão, do “mesmo Senhor com três lanças, com que parecia atirava para o corpo da igreja”²⁸ – lança sobre os acontecimentos vividos naqueles dois anos a marca da execução do castigo divino. Já pronta a cidade para receber o ataque, avistadas já as naus inimigas, os habitantes de Salvador preparavam seus corpos e almas, e então “tiveram fim ódios muito antigos, descobriram-se pecados encobertos com o silêncio de muitos anos, e, na verdade, foi tal a mudança presente, que, só por razão dela, pareceu a muitos conveniente dar Deus este castigo”²⁹. Da mesma maneira que Aydano Roriz faria mais de três séculos depois, o jesuíta divulgava uma Bahia repleta de pecados, que porém começam a se descobrir, e redimir, a partir da chegada dos inimigos hereges. A história narrada por Vieira é a dessa redenção de pecados: fogem medrosos os moradores, dando crédito a boatos de que os holandeses já adentravam a cidade, deixam-na deserta, e acompanhado apenas da família e poucos soldados o seu governador; os inimigos, com sua entrada franqueada, saqueiam sem pudores a cidade, e arremetem com violência contra as igrejas, suas imagens e altares;

Enquanto os holandeses se ocupavam nestes sacrilégios cobriam os matos e praias os desterrados, que só dos portugueses seriam dez ou doze mil almas, servindo de casa a uns as árvores agrestes, e a outros o céu, sem mais algum abrigo da calma, chuvas e sereno da noite; todos a pé, muitos descalços e despidos, morrendo a fome e sede aqueles que, pouco havia, deixaram casas tão ricas e abastadas de tudo, que mais pareciam servir ao regalo que à necessidade. Mas não há que espantar serem vencidos os que viviam nesta abundância. Bem ensinava Alexandre magno a seus soldados que a pobreza era a única mestra da milícia.³⁰

Travando uma guerra cotidiana contra os invasores, enfrentando a modesta vida dos aldeamentos jesuíticos, em que a farinha de mandioca era a maior iguaria, os moradores da Bahia, na narrativa de Vieira, passam a sitiá-la cidade de que se exilaram, impedindo a entrada de mantimentos e a saída de soldados, desferindo ao longo dos meses uma série de ataques, em um dos primeiros matando inclusive o governador holandês. Neste ínterim, destaca-se a ação dirigente do bispo Dom Marcos, a presença marcante da missão jesuítica como a base em que se pôde desenvolver tal resistência, e a coragem e austeridade dos combatentes, entre eles decisivas tropas de indígenas e negros.

O cerco a Salvador, com freqüentes sucessos das tropas portuguesas, comprovava que a perda da cidade “foi fraqueza nossa, causada de pecados”³¹, e que os moradores agora se reabilitavam diante de Deus: “Finalmente, tão bem se houveram que parece refizeram a quebra passada, em que incorreram quando largaram a cidade aos holandeses”³². Às vésperas da chegada do socorro, o cenário descrito por Vieira já não é mais de pecado, mas de devoção:

À vista destas prevenções crescia muito, em todos os nossos, o desejo de ver já o socorro que esperavam. Nas aldeias, onde estávamos os da Companhia, além das orações, e penitências que se acrescentavam, todas as sextas-feiras e sábados se fazia uma procissão com ladainhas cantadas, pedindo misericórdia a Deus, até que o mesmo Senhor, no dia da redenção do mundo, nos quis mostrar a nossa, antecipando as aleluias com a primeira vista da nossa armada, a qual, dia de páscoa da ressurreição, primeiro de abril de 1625, amanheceu toda dentro da baía, posta em ala, para que as velas inimigas, que no porto estavam, não pudessem sair nem escapar.³³

O auxílio divino chegou com imponência, a “armada mais poderosa que até agora passou a linha”, mas tantos salvadores encontraram já a cidade pouco protegida, e pôde desembarcar “a gente em terra sem resistência, porque os nossos de cá tinham tudo por seu, até a cidade, que, a não ser assim, havia de custar as vidas de muitos o desembarcar”³⁴. A historiografia da presença holandesa no Brasil, como Francisco Adolfo Varnhagen e Charles Boxer³⁵, que dedicaram parte de seus trabalhos à análise deste primeiro conflito na Bahia, não incorporou certamente os argumentos religiosos do padre Antonio Vieira, mas de forma geral aceitou sua narração da fuga, e posterior resistência dos habitantes de Salvador. Também o historiador Evaldo Cabral de Mello, de estudos mais recentes, embora não tenha focado diretamente a tomada da Bahia, em seu livro *Olinda restaurada*, entende que o assédio à cidade entre 1624 e 1625 serviu de aprendizado para a posterior expulsão dos holandeses de Pernambuco, em uma guerra lenta gerida quase exclusivamente com tropas e recursos angariados no Brasil.³⁶

Consciente destes aspectos da interpretação historiográfica sobre aqueles eventos – o autor apresenta sempre, à conclusão de seus romances, a bibliografia de seu trabalho de pesquisa – Aydano Roriz procura criar uma nova versão para eles, em que os habitantes da Salvador chegam quase todos a voltar e viver na cidade sob o domínio holandês. Ainda em *O livro dos hereges*, sua narrativa, após a queda da Bahia nas mãos dos batavos, se divide

em dois cenários. De uma parte, o leitor acompanha os acontecimentos vividos entre os moradores, agora fugitivos, de Salvador: a travessia do Rio Vermelho, em que o bispo Dom Marcos sente-se um Moisés conduzindo seu povo; já na Aldeia do Espírito Santo, a eleição do desembargador Antão de Mesquita como o novo capitão-mor da Bahia, e sua inércia de burocrata, incapaz de tomar qualquer decisão sem verificar que tudo se fazia conforme a letra da lei; e a subsequente aclamação do próprio Dom Marcos como capitão-mor. Ao receber os homens-bons da Bahia, e sua súplica para que ocupasse aquele posto de liderança dos exilados, o ardiloso bispo argumenta: “Como poderia eu, por humilde que fosse, submeter-me a ficar discutindo com Vossas Mercês minhas ações, se elas emanam diretamente dos Céus?”. Ao perceber o consentimento dos senhores ali presentes em relação à sua autoridade máxima, concretizado o seu ambicioso plano, o bispo “ajoeilhou-se, abriu os braços, cerrou os olhos e voltou a cabeçorra para o alto, antegozando as delícias do poder a que tanto aspirava”³⁷, e aceitou, com falsa resignação, o cargo político.

Tais “delícias do poder”, porém, o bispo não conheceu, já que o contato entre os soteropolitanos e os indígenas da Aldeia logo gerou uma série de constrangimentos e reclamações, pois os gentios exibiam suas vergonhas, e fornicavam às vistas das pudicas “senhoras exiladas da Bahia”, como se intitulavam as reclamantes. “Dom Marcos começava a sentir nas costas franzinhas o peso de administrar recursos escassos e governar pessoas. Ao conceber seus projetos, sonhara com os fins, mas esquecera-se de prever os meios de execução. Agora vivia sobrecarregado”³⁸. O ambiente da resistência baiana, pela ótica do romancista, não é aquele de regeneração descrito por Antonio Vieira, mas o da permanência, ainda que sob condições precárias, da degeneração que se vivia na cidade. Mesmo em um aldeamento indígena, o que move as disputas políticas é ainda o tolo desejo pelo poder, por suas delícias, que o romance inclusive não consegue definir quais seriam, afinal. Subsiste também um contraproducente moralismo católico, impedindo que se verifique a união de esforços entre índios e portugueses, tão assinalada na carta do insigne jesuíta. O clima de tensão, por fim, leva o líder indígena, Jaguayara, a ordenar a retirada dos soteropolitanos de sua aldeia, e estes têm que tratar de iniciar a construção de um arraial próprio. A intensa atividade militar, que na historiografia se imputa ao comando de Dom Marcos, nem aparece na narrativa de Aydano Roriz.

Não se trata aqui, convém lembrar, de criticar o escritor por não atentar à verdade histórica, como se a detivesse a narrativa de Vieira, evidentemente

laudatória da missão jesuítica e seu papel na sociedade portuguesa do além-mar. É necessário apenas que se perceba como diferentes versões da história acarretam diferentes interpretações, necessariamente políticas, da sociedade que nelas se analisa, e que um romance histórico não se exime desta consequência por ser ficção. Neste sentido, o outro cenário em que se passa esta segunda parte do romance, a cidade de Salvador agora ocupada pelos holandeses, configura-se também de forma oposta à da Carta Anua. Desde os primeiros instantes os holandeses mostram-se comprometidos com a manutenção da cidade: o saque é levado a cabo pelos soldados, mas sob proibição expressa de badernas e quebra-quebras; iniciam-se também uma série de reformas, tanto de defesa quanto de urbanização, antes mesmo que o butim do saque fosse enfim repartido entre os holandeses. O novo governador de Salvador, Johan Van Dorth, ao realizar sua primeira caminhada pela capital do Brasil, tem a mesma impressão passada capítulos antes pelo narrador do romance: “quarenta e três anos depois da chamada União Ibérica, Salvador mais parecia a sede de uma grande fazenda promissora, abandonada pelos donos”. Desta vez, porém, à conclusão sobre a má administração do domínio castelhano, soma-se o comentário de Piet Heyn, vice-almirante da armada holandesa, sobre o descaso e a ticanhez dos próprios habitantes da cidade: “E a sujeira, Excelência – chamou a atenção Piet. – O abandono!... Eta, povo mais desleixado! Com tanta mata em volta, não tem uma árvore nas ruas para fazer sombra na gente!”³⁹.

As reais, e nobres, intenções dos holandeses, porém, são passadas ao leitor através dos diálogos entre Van Dorth e Dom Diogo de Mendonça Furtado, o governador-geral seu prisioneiro. Conduzido pela primeira vez para um jantar no camarote do holandês, Dom Diogo já se intimida com o poder de fogo do navio inimigo, admira o “discreto luxo, destes que não se atêm às modas”⁴⁰, que brilha em suas dependências, e se surpreende com o bom tratamento que recebe, que inclui a devolução de sua espada de fidalgo. Na conversa, regada a vinho, Van Dorth conduz o assunto a seu ponto:

- O que aconteceu de errado aqui governador? – questionou Van Dorth.
- A rendição?– Não, não. Quanto a isso eu já soube. Vossos homens desertaram. Vós fostes abandonado por quase todos. Lutar seria tolice. Pergunto é sobre a colônia. O que deu errado aqui, afinal de contas?
- Não compreendo. Não gostastes da Bahia?⁴¹

Respondendo a esta pergunta tão singela, Van Dorth inicia sua estratégia de convencimento. Aquela cidade tão acanhada, era a capital de uma

província que produzia sessenta mil caixas de açúcar por ano, produto que era vendido na Europa a peso de ouro. Por isso, os holandeses como ele, representantes da Companhia das Índias Ocidentais, uma companhia de comércio com centenas de sócios comanditários, havia chegado para ficar. A pilhagem efetuada pelos soldados – Van Dorth responde às acusações de pirataria de seu prisioneiro – fazia parte da tradição de guerra, mas tratava-se ali de empreendimento de maiores e mais importantes proporções:

Nós, dos Países Baixos, sempre mantivemos excelentes relações comerciais com Portugal. Mas os Felipes fecharam vários portos aos nossos navios, inclusive os portos portugueses. Somos um país de mercadores. Vivemos do comércio. Não podíamos ficar de braços cruzados. Daí haveremos decidido tomar o Brasil aos Felipes. E verás: haveremos de fazer disto aqui o celeiro do mundo.⁴²

Ouvindo as explicações do governador holandês, Diogo Furtado começa a tomar consciência da reviravolta que presenciava, e Van Dorth, decidido a conquistar seu apoio, o convoca para um segundo jantar, em que passa a abalar as crenças do português. Em primeiro lugar, afirma que ele não deveria obediência ao rei espanhol, e sim a Dom Emanuel, residente na Holanda, filho de Dom Antonio, Prior do Crato, legítimo herdeiro do trono deixado vago mais de quarenta anos antes pela morte de Dom Sebastião, cujo único impedimento fora a Igreja não reconhecer o direito de herança de filhos nascidos fora do casamento – Dom Antonio era filho bastardo de Dom Luiz, tio de Dom Sebastião. Em segundo lugar, desafia as suas crenças em relação à própria Igreja, que havia criado esta restrição aos bastardos, e o voto de celibato dos padres, para que suas riquezas não fossem distribuídas como herança. Os padres católicos, que chamavam os holandeses de hereges, eles é que o eram: “Um bando de desocupados que vivem às custas dos outros; que louvam a pobreza, mas não abrem mão da riqueza; que pregam a caridade, mas torturam e matam pessoas nas fogueira da Inquisição; uns hipócritas, enfim”⁴³. Van Dorth nega ainda a santidade do Vigário de Cristo: o mesmo papa Júlio II, um bêbado sodomita que chegou ao trono pontifício por meio de propinas, e que havia doado o Brasil a Portugal por uma de suas bulas, por outra delas autorizou o funcionamento de um bordel de luxo em Roma, desde que uma parte da fêria das prostitutas fosse repassada para freiras de Santa Maria Madalena. Ao descrédito de Dom Diogo, o holandês arremata: “É a pura verdade. Está nos livros. É História!”⁴⁴.

Pela fala moderna de Van Dorth, nem católica nem calvinista, Aydano Roriz costura laços óbvios de identificação com o leitor contemporâneo, laico; com esta afirmação das revelações que contém a História, assim maiúscula, ele o identifica também com a proposta de seu romance histórico. Respondendo ao argumento fugidivo de Dom Diogo, ele acrescenta ainda que a religião, e seus dogmas, devem sim ser discutidos, por pessoas inteligentes como eles:

Minha tese – continuou o holandês, servindo mais vinho e colocando doçura na voz – é que pessoas inteligentes não carecem de intermediários para falar com Deus. Se somos todos filhos Dele, feitos a Sua imagem e semelhança, para falar com o Pai não carecemos de clérigos, bispos, e muito menos de papas. Se Deus está em toda parte, não carecemos sequer de templos ou igrejas. Podemos perfeitamente falar com Ele em qualquer lugar, diretamente, sem intermediários. Afinal, e ao menos nisso, Vossa Mercê há de concordar comigo, das muitas coisas maravilhosas que Deus nos deu, a liberdade de consciência talvez seja a mais preciosa. Reflita sobre isso, governador: um homem pode submeter outro homem pela força; pode obrigá-lo a se humilhar e praticar todo tipo de baixezas; mas nada, nem ninguém, pode controlar os pensamentos de um homem. Sobretudo, se se tratar de um homem inteligente.⁴⁵

Com estas palavras, Aydano Roriz encerra um capítulo, e a conversa entre Van Dorth e Diogo Furtado, que agora é quem, dias depois, pede uma nova audiência com o governador holandês. Cada vez mais convencido, embora ainda apreensivo por seu destino, ele agora se dispõe a ajudá-lo na tarefa de atrair de volta os moradores de Salvador, mas avisa que não seria tarefa fácil: “Vossa Excelência não conhece as gentes cá da Bahia!...”⁴⁶. Tentando demonstrar que os holandeses eram capazes de transformá-las, Van Dorth narra a dura e laboriosa história da formação dos Países Baixos, já contada nos mesmo termos pelo narrador onisciente do romance: “para domar os rios, drenar os pântanos e conter o mar, precisávamos da ajuda de muita gente. Toda a ajuda possível. Daí que não podíamos ser muito exigentes. Com isso aprendemos a desenvolver o sentimento de tolerância”. Tolerância, porém, que não era sinônimo de frouxidão:

– A dureza da vida ensinou nosso povo duas outras condicionantes: disciplina e democracia. Disciplina, entendida como a estrita observância de que a liberdade de um não pode levar ao prejuízo do outro. E democracia, para nos asse-

gurarmos de que o povo eleja seus representantes, que por sua vez definirão as regras de convivência. Uma vez definidas essas regras, todos devem segui-las, sob pena de pagar um alto preço pela transgressão.

– Interessante.⁴⁷

Dom Diogo interessa-se pelo sistema defendido por Van Dorth, e, assim como o leitor, percebe se tratar de uma profícua solução para os problemas vividos no Brasil. Basta, porém, de nos alongarmos aqui ainda mais expondo os próximos argumentos do holandês. Com falas do mesmo tipo, Van Dorth segue explicando suas propostas para transformar o Brasil, e o mundo: separação entre Igreja e Estado, abolição da escravidão, desapropriação de terras improdutivas, incentivo ao trabalho, e à capacidade de criação inerente à ambição humana. Diogo, vendo abaladas suas crenças mais arraigadas, confessa-se confuso, atordoado, ao que o holandês responde: “Posso lhe fazer uma confiança?... Às vezes, eu também me pego pensando se faz sentido esse desgaste todo, para tentar empurrar o mundo para frente”⁴⁸.

Van Dorth, enquanto personagem principal deste romance histórico, configura-se assim como um homem a frente do seu tempo, assim como Maquiavel, filósofo cujas idéias ele diz defender. Quando Diogo Furtado visita Salvador, um mês depois de ter sido feito prisioneiro a bordo de uma das naus holandesas, observa também um salto para o futuro: muralhas duplicadas, uma longa escada ligando as partes alta e baixa da cidade, suas ruas sendo pavimentadas, e uma grande represa construída além de seus muros, transformando-a praticamente em uma ilha, e prometendo o escoamento fácil e abundante de água para futuros chafarizes. Em meio a uma verdadeira ode à ambição e ao labor humano, em que se ouve até a conhecida sentença “Tempo é dinheiro”⁴⁹ da boca do governador holandês, Dom Diogo aceita entrevistar-se com o tal Dom Emanuel, herdeiro do trono português.

Aydano Roriz, de forma ainda mais clara do que na introdução de seu romance, em que apresentou o contraste entre o progresso dos Países Baixos, o mercantilismo destrutivo espanhol – imperialismo, em seus termos –, e o abandono e a mesquinhez da vida em Salvador, nesta segunda parte do livro, paralelamente narrando as disputas e desentendimentos na Aldeia do Espírito Santo e o progresso prometido a Salvador sob a tutela holandesa, evidencia que sua ficção fala não só das razões históricas da formação do Brasil tal qual ele é, mas também do que ele poderia ter vindo a ser. Para isso, porém, necessariamente deforma as informações obtidas em seu trabalho pessoal de pesquisa histórica. E não só ao desmentir a importância da guerra

de resistência levada a cabo pelas tropas da Bahia, mas principalmente ao descrever o caráter e as intenções da empresa holandesa na América.

Se, por um lado, não lhe pareceu adequado aos seus fins corroborar com a idéia, já clássica na historiografia, de que as invasões holandesas influenciaram, ao fim e ao cabo, alguma identidade na população da América portuguesa, e quiçá algum sentimento de autonomia, por outro ele não se furtou em carregar nas tintas ao defender a unidade e nobreza de propósitos do laborioso, e liberal, povo holandês, e de sua Companhia das Índias. Ao reforçar o caráter fragmentado, e corrupto, da política vivida no Brasil, e ao mesmo tempo a firmeza dos ideais que a mobilizavam do lado holandês, Roriz não consegue escapar de uma simples, e bastante improdutivo, visão de mundo, em que atuam as forças opostas do bem e do mal, em que se pode observar com clareza e distinção o embate entre o progresso e o atraso. Por esta ótica, no Brasil, sabe-se bem quem acabou vencendo.

Na terceira e última parte do romance, o embate enfim se transfere para dentro das muralhas de Salvador. Chega ao aldeamento jesuítico a proposta de paz dos holandeses, assegurando: respeito à propriedade produtiva, ensino gratuito e obrigatório, a ser realizado nos conventos, confiscados pelo governo; financiamento da produção de gêneros alimentícios, e incentivo à instalação de manufaturas; fixação de preços; liberdade de consciência e culto, este reservado ao espaço privado; exclusão dos religiosos de assuntos de governo; e liberdade aos cumpridores da lei, inclusive índios e negros. Em sua ficção, Aydano Roriz narra a volta em peso dos moradores à cidade, àquela altura revoltados com o autoritarismo delirante do bispo Dom Marcos.

O sistema proposto pelo governo holandês, por sua vez, torna ainda mais nítida a liberdade de invenção do ficcionista Aydano Roriz. Ao que consta na historiografia, Willem Usselinx, um dos fundadores da Companhia das Índias Ocidentais, propunha a princípio a implantação de um regime similar a este, mas que deveria ser efetivado pela conquista de territórios pouco explorados dos domínios ibéricos, e através de sua ocupação por colonos holandeses. A decisão, anos depois, de investimento da Companhia na tomada de Salvador, porém, servia já a outro intuito, que incluía o controle das rotas e do comércio negreiro⁵⁰. A abolição da escravidão sequer foi efetuada no posterior governo de Maurício de Nassau em Pernambuco, tido como progressista por sua política implantada de tolerância religiosa⁵¹. Entretanto, para pintar o seu retrato particular da presença holandesa no Brasil, o escritor precisava, a todo custo, fazer caminhar juntos, e impulsionar a empreitada da Companhia, interesses comerciais e liberais.

A partir desta terceira parte, o romance se divide mais uma vez em duas narrativas paralelas: alguns capítulos exploram a convivência e a adaptação dos moradores de Salvador às novas regras definidas pelo governo holandês, e outros se incorporam como *flashbacks* da trajetória pessoal de Van Dorth, que, buscando se aproximar da geniosa Louise, acabou se envolvendo com a causa de seu pai, Dom Emanuel – o tal filho de Dom Antonio, Prior do Crato, que ele defendia ser o herdeiro da Coroa portuguesa – e sendo escolhido pelo próprio príncipe Maurício de Orange, *stadhounder* holandês, e tio de Louise, para a missão de governar a Salvador almejada pela Companhia das Índias. Neste plano, destacam-se os diálogos do príncipe Maurício com Van Dorth, quando acompanhamos este último recebendo lições e ideais de política, que mais tarde aplicaria em sua conduta com os baianos. Homem inteligente, moderno, informal, decidido a enviar Van Dorth na expedição da Companhia, Maurício confessa a ele os seus propósitos: “Não concordo, de maneira nenhuma, que este projeto tenha objetivos meramente mercantilistas [...] o que eu penso é que esta história pode ser a ponta de lança para tomarmos Portugal dos Felipes”⁵². Unindo Holanda, Portugal e suas colônias, Maurício ambicionava conquistar a supremacia na Europa. Mais este novo império não seria nefasto como o espanhol, pois o que o moveria seriam mais altos ideais:

Sabes, meu rapaz, eu cá tenho um sonho [...] O meu grande sonho era construir um país diferente. Um reino progressista, de gente educada e trabalhadeira. Um país rico e justo, onde as pessoas pudessem criar os filhos em paz, com segurança e conforto. Uma nação com um governo forte, onde o dinheiro do Tesouro fosse gasto realmente em benefício do povo e não para sustentar essa corja de deputados, magistrados, causídicos... Esse bando de burocratas inúteis que não produzem nada que se coma, nada que se beba, nada que se use, e só servem para infernizar a vida das pessoas e travancar o desenvolvimento.⁵³

O Brasil d’*O livro dos hereges*, portanto, vivia em 1624 a oportunidade de se transformar nesta sociedade ideal, pois este sonho do *stadhounder* das Províncias Unidas fundamentava agora as ações do governador holandês da Bahia. Porém, não seria tarefa fácil ensinar aos moradores os modos civilizados com que deveriam se portar, e principalmente ensiná-los a lidar com a liberdade de todos e a valorizar o trabalho. Van Dorth cria leis rígidas, monta julgamentos públicos com penas severas aplicadas, mas também promete o arrendamento das propriedades improdutivas, o financiamento da produção

alimentícia, e um grande plano de obras para a cidade. Era a chegada do progresso, mas que só poderia se desenvolver com disciplina: “Sem ordem, não existe progresso”, anunciava o governador, antecipando quase em tom profético o lema da bandeira do Brasil republicano. Foi com grande dificuldade, mas ao final do romance os modorrentos habitantes de Salvador já se conformavam com as novas regras; *qui non laborat, non manducet*, a máxima divulgada pelo governo para que se entendesse que tudo, a partir daquele momento, deveria ser conseguido como fruto do trabalho, virava já um chiste na cidade, que se apercebia das vantagens econômicas, e até mesmo morais, de viver sob a tutela holandesa. Os mais persistentes problemas eram a pertinácia ignorante dos padres católicos, que se recusavam a aceitar a igualdade entre os homens e a proibição de manifestações religiosas públicas, e ainda um foco de resistência armada comandada pelo espanhol Francisco de Padilha, que não aceitara as condições dos holandeses para retornar à cidade.

Nos últimos capítulos do romance, anunciam-se as principais linhas de força da narrativa do segundo livro, intitulado *Van Dorth*: os obstáculos vividos pelo governo holandês parecem mais próximos do fim, com a aliança selada entre o governador e Francisco Dias D’Ávila, truculento e poderoso senhor de terras que estava fora da Bahia durante a conquista da capital, e com a morte do bispo Dom Marcos; nos Países Baixos e em Madrid, preparam-se os envios das armadas holandesa e luso-castelhana: “Curioso. Aquelas Terras do Brasil que, meses antes, mais pareciam uma fazenda promissora abandonada pelos donos, de repente se transformaram em motivo suficiente para fazer sair da Europa dezesseis mil e quinhentos homens e cento e sete navios, dispostos a ir à guerra por sua posse”⁵⁴.

Esta quase derradeira frase do livro é bastante expressiva, e conclusiva, a respeito do discurso sobre a história, e principalmente sobre a história do Brasil, engendrado por Aydano Roriz. De fato, torna-se curioso, se a Bahia seiscentista é descrita como nada mais do que uma fazenda, e abandonada, e se a política ali desenvolvida nada mais representa do que disputas frívolas por um poder medíocre, que Salvador se torne o centro das atenções de potências européias em contenda. O que queriam ali, afinal, aqueles holandeses de ideais tão nobres, que buscavam transformar o mundo em um lugar mais justo, melhor para criar os filhos? E por que se preocupa a Coroa espanhola em enviar uma grande armada para sua recuperação, se seu interesse pecuniário só dava atenções à prata de Potosi? Na narrativa de Roriz, o jovem Felipe IV só pede ao Conde de Olivares que faça algo pela Bahia “por insistência da tia-avó de Sua Majestade, a infanta Isabel Clara Eugênia,

viúva do arquiduque Alberto de Habsburgo, que governara Portugal por dez anos”⁵⁵, e o rei não podia negar um pedido à parenta. Parafrazeando Alexandre Dumas, poderíamos dizer que parece esta uma razão um tanto medíocre, para um tão grande esforço bélico.

Não pretendemos, nem cabe neste estudo, deslindar também em detalhes a construção da narrativa do romance *Van Dorth*, que, afinal, em termos de caracterização dos personagens e forças em combate é bastante coerente com *O livro dos hereges*. É importante apenas que aqui se passe uma visão geral de como Aydano Roriz explica o insucesso da ação holandesa. De um lado, a ficção introduz na armada luso-castelhana a presença de Dom Diogo Furtado de Mendonça, agora espião a serviço das Províncias Unidas, que chega a liderar um levante em Cabo Verde dos soldados portugueses contra os castelhanos, convencendo-os a lutar em prol da restauração do trono português, a ser ocupado por Dom Emanuel. Diogo, porém, acaba traído por seus companheiros de revolta, e vê seu esforço interrompido pela submissão dos principais líderes das tropas portuguesas à Coroa espanhola. Já na Bahia, Van Dorth, que agora dá título ao romance, com o apoio de Francisco Dias D’Ávila consegue aniquilar a resistência de Francisco Padilha, e chega a conquistar o apoio das ordens religiosas instaladas em Salvador, estimulando o seu sebastianismo com a promessa do retorno de um rei português, mas principalmente utilizando a seu favor a cobiça dos padres, garantindo fundos para a finalização da catedral da Sé, e para outras obras paroquiais. Mas o governador holandês, imprudente, talvez influenciado pelo tórrido clima tropical, acaba se envolvendo com a mulher de Dias D’Ávila, que, descobrindo a traição, utiliza suas forças para desbaratar o exército holandês hospedado em suas terras, e matar o seu governador hospedado em sua casa. No fim das contas, assim como na versão da carta de Antonio Vieira, à chegada da armada ibérica os holandeses já não ofereciam qualquer resistência considerável, mas não por conta do assédio das tropas baianas, nem do apoio divino, e sim por fruto de um descuido de Van Dorth, cuja carência sexual se anuncia logo no primeiro capítulo do romance:

À popa, no grande-camarote da primeira entrecoberta, Johan van Dorth, o governador da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, levantou-se de mau-humor. Polução noturna não era coisa que ficasse bem para ele, um fidalgo de trinta e oito anos de idade. Precisava dar um jeito de disfarçar aquela mancha viscosa dos lençóis.⁵⁶

Como vimos, não é pela atenção à veracidade dos fatos históricos narrados que se pode definir a qualidade de um romance histórico. Porém, seguindo ou não a interpretação historiográfica vigente, uma ficção histórica produz inevitavelmente um discurso sobre a história, e este discurso deve ser encarado como um componente decisivo deste gênero literário. Aydano Roriz, nestes seus romances sobre a invasão holandesa na Bahia, utiliza seu talento de ficcionista para, por um lado, construir uma imagem bastante unívoca, e apaixonadamente favorável, das intenções e das práticas políticas dos holandeses no Brasil, e, por outro, promover uma visão depreciativa, e simplista, da organização social e política da América portuguesa do século XVII. Para tanto, Roriz se valeu muitas vezes de conectar os elementos históricos de seu texto ao imaginário presente no universo de seus atuais leitores: quando falam os holandeses, identifica-se o leitor com seu olhar político moderno, laico, e liberal; quando atuam os portugueses, o que se vê é uma caricatura empoeirada da corrupção tão divulgada da política brasileira contemporânea. Neste sentido, as principais *marcas registradas* trabalhadas por estes romances não são nomes, instituições, ou eventos, mas sim uma interpretação, bastante disseminada, de que nossas mazelas sociais e morais chegaram com as caravelas de Pedro Álvares Cabral, e desde então são as mesmas, irrecuperavelmente perenes, e de que talvez a história fosse outra se fôssemos subjugados por outro povo, mais avançado do que o ibérico. Somente imerso neste imaginário, o período das invasões holandesas pode se transformar na história de um Brasil que não foi.

Notas

¹ Não se trata aqui de defender qualquer posição acerca da literatura de Alexandre Dumas. Neste sentido, cabe destacar que para este breve comentário apenas seguimos algumas pistas encontradas em MENDES, Maria Lúcia Dias. “A História na visão de Alexandre Dumas”, *Alea: Estudos Neolatinos*, vol. 6, nº 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

² DUMAS, Alexandre. *Mes Mémoires*. Paris: Michel Lévy Frères, Libraires Éditeurs, 1863. [“Há muito tempo eu disse que em matéria de teatro sobretudo, me parecia admissível violentar a história, desde que se lhe fizesse uma criança; mas fazer Henrique IV ser morto por Concini, sem outro objetivo para Concini além de reinar, após a morte do Bearnês, pela rainha e sobre a rainha, é dar uma bem pequena razão a um tão grande crime” – Tradução nossa]

³ LUKÁCS, Georg. *La novela histórica*. México: Era, 1966. p. 66.

⁴ HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

⁵ BASTOS, Alcmeno. *Introdução ao Romance Histórico*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 44 [grifo do autor].

⁶ Ibid., p. 89-90.

⁷ ANDERSON, Perry. “Trajetos de uma forma literária”. in: *Novos Estudos*, nº 77. Rio de Janeiro: CEBRAP, 2007. p. 205.

⁸ Cf. BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. “O novo romance histórico brasileiro” in: *Via Atlântica*, nº 4. São Paulo: 2000, p. 168-176; SINDER, Valter. “A reinvenção do passado e a articulação de sentidos: o novo romance histórico brasileiro”. in: *Revista Estudos Históricas*, vol. 14, nº 26. Rio de Janeiro: FGV, 2000. pp. 253-264; e FIGUEIREDO, Vera Follain de. “O romance histórico contemporâneo na América Latina”, *Revista Brasil de Literatura*. Rio de Janeiro: 1997.

⁹ Cf. JAMESON, Fredric. “O romance histórico ainda é possível?”, *Novos Estudos*, n. 77. Rio de Janeiro: CEBRAP, 2007. pp. 185-203. Como ilustração de seus argumentos, tenham-se as seguintes passagens: “a primazia que o modernismo confere à percepção pura acaba por privá-lo de qualquer possibilidade de discernir aquela outra dimensão, do público ou da história, que se requer para o registro daquela interseção peculiar que constitui a estrutura inconfundível do romance histórico” (p. 200); “essa especulação paradoxal sobre a impossibilidade de um romance histórico modernista [...] é importante sobretudo como uma dúvida e uma hesitação diante do renascimento do gênero na pós-modernidade” (p. 201); “O desvio estrutural que quero destacar aqui é paradoxal, na medida em que parece inverter completamente o típico apelo do historiador e também do romancista histórico àquilo que eles denominaram a ‘verdade’” (p. 201); “A versão pós-moderna envolveria não a dúvida, mas apenas multiplicidade, a simples multiplicação de inúmeras versões fantásticas e autocontraditórias” (p. 202).

¹⁰ ANDERSON, Perry. “Trajetos de uma forma literária”. Op. cit., p. 213.

¹¹ Ibid., p. 219.

¹² Ibid., p. 217.

¹³ RORIZ, Aydano. *O livro dos hereges*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

¹⁴ Ibid., p. 10.

¹⁵ Ibid., p. 11-12.

¹⁶ Ibid., p. 14.

¹⁷ Ibid., p. 15.

¹⁸ Ibid., p. 24.

¹⁹ Ibid., p. 22.

²⁰ Ibid., p. 24.

²¹ Ibid., p. 25-26.

²² Ibid., p. 29.

²³ Ibid., p. 31.

²⁴ Ibid., p. 35.

²⁵ Ibid., p. 32.

²⁶ Ibid., p. 39.

²⁷ VIEIRA, Antonio. “Ao Geral da Companhia de Jesus”. In: VIEIRA, Antonio. *Escritos históricos e políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 140.

²⁸ Ibid., p. 140.

²⁹ Ibid., p. 141.

³⁰ Ibid., p. 148.

³¹ Ibid., p. 160.

³² Ibid., p. 164.

³³ Ibid., p. 166.

³⁴ Ibid., p. 166.

³⁵ Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002, p. 45-67; BOXER, Charles. *The Dutch in Brazil*. 1624-1654. Oxford: Clarendon Press, 1957, p. 22-23; e principalmente BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973, p. 60-74.

³⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975, p. 11-34.

³⁷ RORIZ, Aydano. *O livro dos hereges*. Op. cit. p. 125.

³⁸ Ibid., p. 142.

³⁹ Ibid., p. 95.

⁴⁰ Ibid., p. 101.

⁴¹ Ibid., p. 104.

⁴² Ibid., p. 107.

⁴³ Ibid., p. 119.

⁴⁴ Ibid., p. 121.

⁴⁵ Ibid., p. 122.

⁴⁶ Ibid., p. 135.

⁴⁷ Ibid., p. 136.

⁴⁸ Ibid., p. 161.

⁴⁹ Ibid., p. 160.

⁵⁰ Cf. BOXER, Charles. *The Dutch in Brazil, 1624-1654*. Oxford: Clarendon Press, 1957, p. 14-15.

⁵¹ Cf. MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978, p. 175-196

⁵² RORIZ, Aydano. *O livro dos hereges*. Op. cit. p. 304.

⁵³ Ibid., p. 305.

⁵⁴ Ibid., p. 393.

⁵⁵ Ibid., p. 355.

⁵⁶ RORIZ, Aydano. *Van Dorth*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 9.

Resumo

Este trabalho procura analisar os romances históricos do escritor brasileiro Aydano Roriz, que narram a tomada de Salvador pelos holandeses em 1624, e sua retomada no ano seguinte. Nosso objetivo central é examinar seu discurso, e interpretação sobre o Brasil e sua formação histórica. Enfim, trata-se de uma investigação introdutória acerca dos significados da produção contemporânea de romances históricos no Brasil, de que Roriz é um dos mais ativos representantes.

Palavras-chave

Aydano Roriz, romance histórico, interpretação do Brasil

Recebido para publicação em

Abstract

This work seeks to analyse the historical novels of the Brazilian writer Aydano Roriz, which narrate Salvador's capture by the Dutch in 1624, and its recovering in the next year. Our central purpose is to examine their discourse and interpretation on Brazil and its historical formation. Finally, this is an introductory inquiry on the meanings of the contemporary production of historical novels in Brazil, and Roriz is one of its most active representatives.

Key words

Aydano Roriz, historical novel, interpretation of Brazil.

Aceito em

